

## A questão identitária e as políticas públicas no campo da música em Goiás



Umuarama Hotel. *Folha de Goiás*, Goiânia, 24 out. 1976, fotografia, montagem (detalhe).

*Ingla Ferreira Neiva dos Santos*

Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Gestora escolar da Secretaria de Educação do Estado de Goiás. [inglashisto@hotmail.com](mailto:inglashisto@hotmail.com)

# A questão identitária e as políticas públicas no campo da música em Goiás

*The question of identity and public policies in the field of music in Goiás*

*Inglas Ferreira Neiva dos Santos*

## RESUMO

Ao considerar a relação entre projetos identitários com as políticas culturais e sua influência sobre a música produzida no contexto do discurso da modernidade que emergiu na primeira metade do século XX no centro-oeste brasileiro, o artigo propõe compreender de que modo uma fração da música popular contribuiu com as narrativas relativas à “goianidade”, tendo como apoio as leis de incentivo à cultura, bem como os veículos de imprensa local. Memórias e sensibilidades foram mobilizadas na produção e circulação musical, desdobrando-se em atividades culturais como mecanismos de construção e cristalização de uma identidade que promove o ajustamento discursivo entre um passado supostamente decadente e um presente pretensamente novo.

**PALAVRAS-CHAVE:** identidade; “goianidade”; políticas culturais.

## ABSTRACT

This article aims to understand how a fraction of popular music contributed to the narratives of the “Goianidade”, supported by the laws of incentive to culture, as well as the local press, by considering the relationship between identity projects and cultural policies and their influence on music produced in the context of the discourse of modernity that emerged in the first half of the 20th century in the Brazilian Midwest. Memories and sensibilities were summoned in its musical production and circulation, unfolding in cultural activities as mechanisms to construct and crystallize an identity that promotes the discursive adjustment between a decadent developed past and a present considered new.

**KEYWORDS:** identity; “Goianidade”; cultural policies.



Pensar a “goianidade” é, com efeito, ativar memórias, afetividades e sociabilidades que não se explicam simplesmente pelas relações da contemporaneidade – ou pelo menos não somente. É, principalmente, energizar lembranças de outros tempos, que remontam a um passado marcado pela tradição.

A busca por uma “identidade goiana” mostrou-se mais adensada especialmente com a fundação de Goiânia. É com o crescimento da cidade criada para ser a expressão moderna do estado que tais narrativas ganharam espaço. Assim, o espectro progressista e promissor não foi abandonado ao longo do crescimento de Goiânia. Os jornais, bem como o poder político local, procuraram manter com frequência o discurso de enaltecimento, de modo a criar a percepção de um contínuo desenvolvimento da cidade. No popular *Folha de*

Goiaz, tal afirmação pode ser verificada em inúmeros exemplares, por ocasião do aniversário da capital goiana em 23 de outubro (Figuras 1, 2 e 3).



Figura 1. Mensagem publicitária do Umuarama Hotel. *Folha de Goiânia*, Goiânia, 24 out. 1976.



Figura 2. Mensagem publicitária do Clube de Diretores Lojistas de Goiânia. *Folha de Goiânia*, Goiânia, 24 out. 1976.



Figura 3. Material publicitário alusivo ao aniversário de Goiânia. *Folha de Goiás*, Goiânia, 24 out. 1976.

Esses recortes de jornais da década de 1970 expressam o quanto a imagem de Goiânia foi sendo cuidadosamente construída. As comemorações do aniversário da cidade constituíam-se em oportunidades de confirmação das narrativas utilizadas na conjuntura de sua fundação, nos anos 1940. Ressaltava-se, então, seu caráter jovial. Assim, empresas, a imprensa e o poder político local empenhavam-se em evidenciar que, apesar de muito jovem, a capital fazia-se permeada pelo progresso e pelo desenvolvimento. Isso corresponderia ao seu objetivo primeiro, o de ser a representação do desenvolvimento e do progresso, próprio dos argumentos atrelados à ideia que embasou a mudança da capital do estado.

O fato é que, historicamente, a “goianidade”, de alguma forma, foi produzida no período posterior à fundação de Goiânia coadunando elementos relacionados à tradição – como uma maneira de pontuar o começo de tal identidade – com outros tantos vinculados às narrativas associadas ao surgimento da cidade. É forçada uma espécie de coesão entre um passado de suposta glória, outrora justificado como atrasado e, depois, usado numa composição bastante paradoxal em discursos que buscam expurgar, de algum modo, o que não teria sido honroso e/ou nobre, e a certeira fundação de Goiânia.

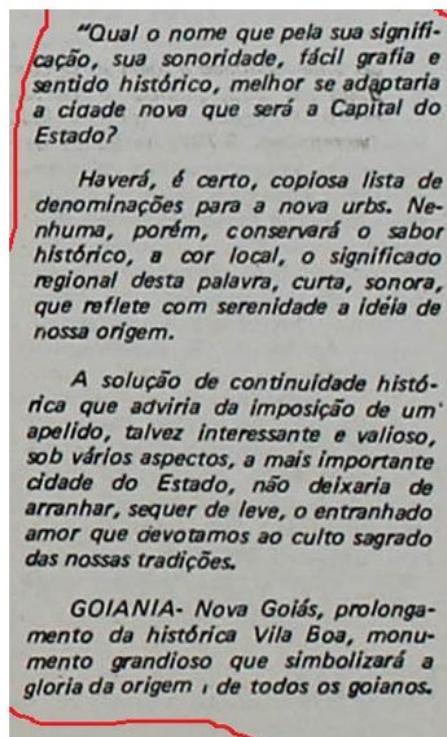


Figura 4. Folha de Goiaz, Goiânia, 24 out. 1977 (edição especial).

O trecho acima consta de uma matéria intitulada “Continuar a capital aqui é condenar-nos a morrer de inanição”, publicada na *Folha de Goiaz*. Nela se arrolavam os motivos da transferência da capital, citando os principais envolvidos no projeto. O que chama atenção no fragmento é o esforço em valorizar o passado buscando certa integração e conexão com o presente, ou seja, a fundação de Goiânia, sem a menção a nenhum conflito. Observa-se que, efetivada a transferência, o vácuo identitário que rondava Goiânia suscitava narrativas que se fizessem coerentes e que alimentassem uma percepção de continuidade histórica. É interessante notar em tais matérias jornalísticas a reiteração da presença de termos como progresso, desenvolvimento, juventude e trabalho para referir-se a Goiânia, sem deixar de lado seu passado, agora ressignificado, pautado pelo orgulho.

### A invenção da “goianidade”

No contexto de afirmação e exaltação de Goiás, a ideia de “goianidade” ensejou alinhavar elementos pretensamente constitutivos do “jeito goiano de ser”, de uma suposta identidade do estado, sobretudo após a fundação da cidade que viria a ser a capital de Goiás. Para tanto, algumas características foram eleitas como parte integrante dessa identidade, compondo narrativas presentes nos campos público e privado, tendo como principal divulgadora a imprensa goiana. As tentativas de definir/explicar o sentido de “goianidade” podem nos conduzir a caminhos escorregadios. Contudo, pretendemos, aqui, contribuir para a compreensão de seus possíveis desdobramentos. Interessanos entender como a “goianidade” foi sendo construída ao longo da história

recente, já que ela não é um fenômeno estático, mas vivo, revelando as expectativas de seu tempo, assim como todas as narrativas identitárias, e suas vinculações com as políticas culturais voltadas para a música.

Embora a temática da “goianidade” tenha sido tratada e reverberada por diferentes personagens e instituições e em variados períodos, mantivemos como ponto de referência o Movimento da Goianidade, promovido pela Associação Goiana de Imprensa (AGI), no início da década de 1990. Apesar de ser algo relativamente novo, alguns historiadores já trabalharam o tema, dentre eles Nasr Chaul, Paulo Bertran, Lena Castello Branco e Rildo Bento de Souza.<sup>1</sup> A temática está intrinsecamente relacionada à discussão identitária, não se restringindo somente ao debate acadêmico, visto que os discursos políticos e comerciais tendem a utilizar o argumento da “goianidade” como mote. As políticas partidárias, não raro, explicitam em seus planos de campanha – seja na esfera municipal ou estadual – propostas que valorizam a identidade goiana, acionando junto à população o sentimento de pertencimento. Essa parece ser uma necessidade local em Goiás, estado de fronteiras migratórias inter-regionais. Por outro lado, no campo mercadológico, itens como comidas típicas, frutos, adereços e indumentárias são difundidos como “autenticamente goianos”, estabelecendo-se um mercado culinário, musical, ecológico e cultural em torno de tal identidade.

Sob essa ótica, atentemos para a canção “Jeito goiano” (dos compositores goianos Luiz Augusto e Hamilton Carneiro), movida pela intenção de esquadrinhar a identidade do goiano. Ela foi exaustivamente veiculada em horário nobre na mídia televisiva local (TV Anhanguera/ Rede Globo), tendo como fundo lugares e elementos considerados como representativos da “goianidade” ou da “identidade goiana”. A letra exalta a suposta humildade e nobreza do goiano, remetendo à concepção de sociabilidades de um período ligado à “tradição”.

O cantor e compositor Luiz Augusto nasceu em Goiânia, em 21 de novembro de 1963, entretanto viveu durante toda sua infância no interior, em São Luiz dos Montes Belos/GO – até os 6, 7 anos de idade. Em seguida mudou-se para Ceres, em função da profissão do pai, mestre rodoviário. Em entrevista, ele esclareceu que suas férias eram bastante movimentadas, haja vista que costumava passá-las no acampamento de trabalho do pai – comumente nos interiores. Posteriormente, entre os 10 e 20 anos, segundo o artista, as férias foram vividas em Pirenópolis. Luiz Augusto explica que tais influências muito contribuíram em seu fazer musical, advindo daí a inspiração regional de sua obra. Em relação a sua música, o cantor afirma que ela se caracteriza por ser uma música urbana apoiada em uma letra interiorana.

Para o historiador e gestor cultural Nasr Chaul, o discurso da “goianidade” teve como propósito suprimir a ideia da “goianice”, já que esta esteve atrelada à noção de atraso. Para Chaul, a visão da identidade goiana próxima do que ele denomina de “goianice” se vincula sobretudo às interpretações dos

<sup>1</sup> Ver CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Editora da UFG, 1999; BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a goianidade. *Revista UFG*, v. 8, n. 1, Goiânia, 2006; FREITAS, Lena Castelo Branco de. Goiás e goianidade. *Aphoononline*, v. 1, n. 1, Trindade, jan.-jun. 2011; SOUZA, Rildo Bento de. Por uma identidade cultural para Goiás: uma análise da Revista *Goiانidade*. *Revista de História Regional*, v. 22, n. 2, Ponta Grossa, 2017.

viajantes que transitaram por Goiás no século XIX. A situação se alterou, porém, a partir dos anos 1940, conforme esse estudioso elucida em entrevista na qual enfoca o processo de passagem da concepção de “goianice” à de “goianidade”:

*É, eu acho que foi um processo. Essa busca de uma identidade de um povo é muito complexa. Por exemplo, você tem uma visão, do mineiro do sertão de Rosa; você tem o mineiro como um cara astuto, ensimesmado, tem um rótulo meio propício, para enquadrar o mineiro. Você tem a questão do nordestino, acerca da seca, das lutas sociais intensas, a briga contra o latifúndio, o sofrimento etc. e tal, tem certa identidade. Você tem o paulista como um cara, urbano, como cara dinâmico. O carioca mais com o molejo, o futebol, o samba, o carnaval, a praia. E pra Goiânia e pro goiano? É complexo, porque aquilo que é tradição, é rompido com Goiânia, então quer dizer, se você for para entender a identidade goiana em si, você tem que partir do princípio que você tem uma capital que projeta uma identidade – que não é única – e que é uma identidade mesclada – disso que eu te falei: de urbano com rural, de campo com cidade, é meio. macunaímico. Eu gosto de brincar com o termo do Mario de Andrade, que é uma região “macunaímica”. Ela tem uma identidade, por não ter nenhuma, ou por ter muitas; ela é única por ser múltipla. Eu acho muito interessante e rico isso. Então quer dizer, é você apostar no novo, mantendo a tradição, é você entender “art déco”, entendendo a arquitetura vernacular de Goiás e Pirenópolis. É você entender a modernidade do Centro Cultural Oscar Niemeyer, entendendo “art deco”, a vernacular, as influências da estrada de ferro, o neoclássico etc. [...] a goianidade em si, eu a vejo muito, também, como uma quebra, como uma ruptura a partir dos anos 40 em Goiânia, pra desfazer um pouco a ideia de goianice, que é um tanto quanto pejorativa, percebe? [...] Bem brejeira, bem ligada ao campo, bem ligada ao gado, bem ligada a uma época muito assertiva com a agropecuária. O que você tem hoje? Uma transição acelerada para a agroindustrialização. Então essa goianidade que tenta se firmar, ela também – assim como é Goiânia e é Goiás –, ela é a goianidade tentando se afirmar, como um novo perante a goianice, que tem um caráter bastante depreciativo. Se você trabalha a goianice, ela cria um paralelo com um período histórico, que a gente questiona atrás – de decadências. Se você trabalha Goiânia sob uma perspectiva de abertura, de um compasso crítico a um passado, obviamente você tem o caipira que teria que estar lá nas suas raízes, reforçando a ideia do moderno da época.<sup>2</sup>*

O autor consolida a ideia de goianidade com base na fundação de Goiânia, sendo esta a representação do novo. Acrescenta ainda que, histórica e culturalmente, a região foi impelida a aderir a uma memória que preconiza o nascimento dos goianos tão somente a partir de 1722. Vislumbra-se, portanto, um desamparo, uma espécie de vácuo no passado pré-aurífero e no período pós-aurífero, indicando-se que tudo em Goiás começou e terminou com a economia aurífera. Essa ideia ignora toda a história dos indígenas que por ali viveram, bem como as experiências econômicas e sociais do período pós-aurífero, no qual se verificou a dispersão dos centros urbanos em direção à zona rural, implementando uma economia voltada para a criação de gado extensiva.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Entrevista com Nasr Chaul realizada pela autora em 3 dez. 2016. Ela figura na íntegra em SANTOS, Inglares Ferreira Neiva dos. *Entre acordes da goianidade: identidade e regionalismos na música goiana (1992-2013)*. Tese (Doutorado em História) – UFG, Goiânia, 2021.

<sup>3</sup> Ver CHAUL, Nasr Fayad, *op. cit.*, e *idem*, *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 1997.

O que é possível inferir de tais discussões é que há um campo de disputas em torno da construção identitária e, logo, da ideia de “goianidade”. Assim, para além das divergências mais elementares, relacionadas a variações perceptivas acerca do que seja a “goianidade” – especialmente dentro da própria capital –, observam-se, ainda, disputas mais polarizadas, vinculadas à antiga capital do estado de Goiás e Goiânia. Nota-se uma narrativa identitária por parte de Goiânia, consideravelmente mais híbrida, na qual a tradição – associada à antiga capital – constitui-se em ponto de referência (em marco inicial), evitando, com isso, uma espécie de desamparo, de ilegitimidade. Tal visão identitária ligada à tradição coabita, em determinada medida, com a aura moderna própria de Goiânia. Logo, a ideia de uma identidade visivelmente mais híbrida mescla tradição e modernidade. Em contrapartida, as narrativas advindas da Cidade de Goiás se reportam mais à ideia de tradição, em função do seu passado histórico, muito possivelmente uma postura relacionada à concepção de “mito fundador”. Esta última, quase sempre enaltecida como autêntica, autointitula-se detentora das “verdades históricas” e, por isso, “mantenedora da tradição”.

Embora a maioria dos estudos sobre as narrativas identitárias do estado considere que a “goianidade” esteja atrelada à fundação de Goiânia, não se pode ignorar que ela também se constituiu como representativa de uma fração que se proclama “guardiã” das narrativas identitárias de Goiás. Convém ponderar que essas disputas não se desvinculam das construções envoltas no discurso regionalista e nas políticas que serão desenvolvidas. Por outro lado, pensando pelo viés das formulações identitárias, a despeito do processo de globalização, evidencia-se uma preocupação, em meio a um olhar para o global, direcionada à ideia de lugar, de “origem”. Sob tal premissa, a identidade regional configura-se em uma espécie de capa que agasalha as aspirações de sobrevivência cuidadosamente acalentadas.<sup>4</sup>

Nessa representação do regional, deve-se, contudo, reconhecer a existência de um embate entre os segmentos sociais dominantes que circundam o poder estatal e, por certo, o discurso histórico.<sup>5</sup> Há nesses litígios variados interesses de natureza política, econômica e outros mais, notadamente territoriais. tese, defendida por Maria Arminda do Nascimento Arruda, esclarece que as elaborações regionais no Brasil, em termos gerais, se conectam às oligarquias sobrepujadas, de modo que tais grupos, de forma bastante previdente, se interessaram por um diálogo entre o passado e o moderno. Em suma, conforme a autora, as narrativas em relação às construções regionais estão permeadas por criações ideológicas da classe dominante. Sob essa perspectiva, na abordagem regional, recomenda-se que se desconfie das “elaborações produzidas por sujeitos sociais que não se constituem em meras ilusões, mas em momentos fundantes do próprio real”, constituindo-se, decerto, nas representações do poder local. Nesse processo de reinvenção entre a “visão passadista” e o moderno, a produção da identidade regional estabelece-se graças a inven-

<sup>4</sup> Cf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

<sup>5</sup> Cf. *idem*.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 65.

ções míticas que salientam a uniformidade do quadro social, desprezando, inequivocamente, o espetáculo das diferenças.<sup>7</sup>

Assim, considerando as forças envolvidas no processo de construção identitária, a avaliação de Arruda acerca das intenções das oligarquias – alijadas do poder estatal ou não –, em torno da elaboração do discurso regional, parece plenamente procedente. Isso ocorre no caso das oligarquias goianas, bem como se aplica às políticas culturais governamentais. Tomando por base a produção historiográfica sobre Goiás, sua capital e “goianidade”, o que se constata é que, como toda narrativa identitária, a noção de “goianidade” minimizou as dissidências de caráter sociocultural, econômico e territorial. Daí fazerem-se necessárias algumas ponderações, à luz das reflexões de Arruda, sobre as discrepâncias ao longo da história de Goiás, no que tange ao poder político e econômico. A começar pela economia aurífera, passando pelo movimento em direção ao campo – e sua economia voltada à criação expansiva de gado –, e terminando com o processo de interação à expansão capitalista nacional da primeira metade do século XX.

Em vista disso, observa-se que o histórico de permanência de figuras políticas dominantes é uma constante no estado, tanto que as mudanças estão, com frequência, ligadas às famílias que de alguma maneira detêm o poder estatal. Constituem-se, por essa via, em uma categoria capaz de conduzir o processo de transformações, e não raro suas representações simbólicas. É a partir desse tipo de representação que as elites se põem de acordo com a ideia liberal de evolução e de transição que é compartilhada, de tal maneira que o sistema de poder institucionalizado vai sobrevivendo sem maiores abalos.<sup>8</sup> Em suma, essa elite é capaz, portanto, de acomodar as mudanças, inclusive de orientá-las, atendendo em vários momentos a pautas hegemônicas de interesse próprio, consolidando-se nas esferas municipais e estaduais.<sup>9</sup>

Em Goiás, esse cenário é extremamente corriqueiro, notando-se, quando muito, uma oscilação de mandatos políticos entre as famílias abastadas. É interessante ressaltar que, em regra, o poder intelectual no estado é exercido, igualmente, pelos descendentes dessas famílias, e posições mais elitizadas como as ocupadas por profissionais da área de Medicina e Direito, por exemplo, são frequentemente preenchidas na capital por membros de tais famílias. Na esteira disso, é possível inferir que a narrativa regionalista resguarda as estruturas de poder historicamente consolidadas. Em decorrência disso, alguns sobrenomes são exaltados como arautos da história do estado e, com efeito, de sua “fundação”. Como consequência, a “goianidade”, com o seu olhar míope, promove o ocultamento das diferenças sociais e econômicas existentes no estado e, em especial, em sua capital. As lutas de classe dentro da cidade e o descompasso entre a Goiânia florida, planejada e sua periferia são, nesse contexto, ignoradas. Impõem-se, por isso mesmo, alguns questionamentos: o que é ser um goiano da periferia? A “goianidade” representa tais grupos? Tudo indica que não, o que se aplica, no limite, à população pobre das regiões ao norte do estado e suas fronteiras.

<sup>7</sup> Cf. *idem*.

<sup>8</sup> Cf. CARDOSO, Vera Alice. 20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira: 1982-2002, coletânea de trabalhos. Belo Horizonte, UFMG/Face/Cedeplar, 2002.

<sup>9</sup> *Idem*.

Por certo, devemos atentar para a existência de múltiplas identidades no interior do estado e na própria capital. Goiás, numa palavra, é plural, fenômeno decorrente de sua dinâmica de colonização e crescimento. É absolutamente problemático pensar em uma essência goiana, o que é, no mínimo, fruto de uma leitura da realidade demasiado romântica ou confortante. Essa construção simbólica angariadora de memórias, de sentimentos, de sociabilidades e de afetividades é, no fundo, algo à procura de si no mundo, carente de concretude. Ela mistura características que transitam entre a racionalidade e a imaginação. Nada de novo, enfim, pois, como se sabe, as construções identitárias muitas vezes são produzidas pelas mãos de poucos e com frequência são endossadas pelas narrativas históricas “oficiais”, conectadas com os interesses dominantes.

### Políticas culturais em Goiás

É chegado o momento de direcionarmos nossas reflexões para as políticas culturais adotadas em Goiás, mais precisamente em Goiânia, até porque elas se organizam de maneira associada. Lembremos, como mencionado, que a capital do estado foi fundada sob o auspício da moderna leitura de cidade, conferindo-se ênfase ao seu caráter cultural. Essa marca acompanhou o seu delineamento identitário, extrapolando o discurso de sua fundação que ganhou corpo na Semana do Batismo Cultural de 1942. Privilegiaremos, por isso mesmo, as políticas de incentivo à cultura em Goiás e Goiânia para entendermos em que medida elas contribuíram para o constructo da “identidade goiana”.

O primeiro elemento a ser pontuado é a íntima relação que se procurou estabelecer entre o aspecto cultural e o projeto identitário, sendo bastante comum, nas manifestações culturais de cunho regional, o acionamento de elementos representativos de uma determinada identidade. Nessa linha, as referências às políticas culturais em Goiás passam, inevitavelmente, pela discussão sobre a “goianidade”. Essa imbricação entre políticas de cultura e construção identitária verifica-se nas leis, bem como em outros tantos documentos e narrativas. Se no passado a emersão das políticas culturais esteve ligada ao discurso nacionalista, a partir do século XXI as políticas foram, com frequência, associadas às narrativas de cunho regional. Para tanto, mobilizaram-se questões históricas e culturais como mecanismo de legitimação do que se pretende único.

Em geral, as narrativas identitárias, notadamente quando procedentes dos grupos dominantes, carregam uma ideologia política comprometida com a manutenção do *statu quo* e com uma visão de mundo hegemônica, preocupada em acentuar que essa ou aquela identidade não foi construída, e, sim, “resgatada” do esquecimento, daí ser “legítima e autêntica”. Essa tentativa de apresentar a identidade goiana como um conjunto de experiências natas, as quais necessitam de respaldo de um poder, supostamente “legítimo”, para obter o seu devido lugar na história compôs a trama discursiva nacionalista da primeira metade do século XX até fins desse período, ainda que, aqui e ali, haja adquirido outras nuances.

Do ponto de vista operacional, o Estado, por meio de suas ações culturais, tende a implementar espaços físicos (ou simbólicos), instituir símbo-

los, comportamentos e valores que criam um conjunto de regras, tácitas ou não, que se vinculam ao lugar. Esse exercício de construção identitária se expressa intencionalmente em várias formas de manifestação artística, desvelando interesses subjacentes. Assim, as rememorações e menções a um passado saudoso, apesar dos litígios, concorreu para a apologia a um goiano sofrido e ensimesmado, mas refeito. Trata-se de uma tentativa de reconciliação com o presente, fazendo do passado – marcado por adversidades – um tempo recomposto, ressignificado e, por conseguinte, orgulhoso de si. Trata-se de buscar a unidade do passado na diversidade, de enfatizar a superação em detrimento da desunião e de aplacar a incivilidade de outrora em direção à civilidade condescendente do presente. Sob tal perspectiva, nada mais pretendemos legítimo do que a ação de uma elite letrada para efetivar essa espécie de passagem entre o passado e o presente, em busca da afirmação do significado de “ser goiano”.

### **As principais leis de fomento à cultura em Goiás<sup>10</sup>**

A análise concreta do que se fez sob o amparo das leis de incentivo à cultura evidencia que ideias e simbolismos retratados por algumas canções de artistas/cantores goianos tendem a ser apropriados como marcadores de uma propalada identidade. Elas serviram, pois, para o traçado da paisagem sonora do estado, ao remeterem a um passado tido como memorável. Nesse movimento, o campo musical ganhou destaque, ao que tudo indica, devido ao seu alcance junto ao público.

Para tanto, os dois principais veículos consistiram na Lei Municipal de Cultura (2002) e a Lei Estadual Goyazes (2000). A primeira, sob o nº 7.957, é de 6 de janeiro de 2000 – alterada pela Lei nº 8146, de 27 de dezembro de 2002 – e instituiu incentivo fiscal em favor de pessoas físicas e jurídicas de direito privado para a realização de projetos culturais. A segunda, editada em 16 de maio de 2000, sob o nº 13.613 – e regulamentada em fevereiro de 2001 – deu origem ao Programa Estadual de Incentivo à Cultura.

Percebe-se, no que se refere a essas leis, que, embora a cultura seja entendida de uma forma mais ampla, explicitando-se um olhar multidimensional, o elemento da regionalidade se faz presente. Nota-se uma clara preocupação com a necessidade de que o uso dos recursos humanos advenha da própria região. O artigo 1º, inciso II, da Lei Municipal, esclarece que é seu objetivo “fomentar a produção cultural e a artística goianiense, com a utilização majoritária de recursos humanos locais, revelando uma preocupação com a preservação e exposição dos arquivos físicos e culturais do município”. Nessa perspectiva, o capítulo III, igualmente, evidencia o objetivo de “preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico”, como instrumento de valo-

<sup>10</sup> Cinco anos atrás, foi sancionada a Lei Aldir Blanc – Lei de Emergência Cultural, datada de 20 mar. 2020. Ela dispunha sobre ações emergenciais ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública à época da pandemia da Covid-19, momento em que os artistas se viram impossibilitados de desempenhar plenamente suas funções. Objetivava-se a disponibilização de três bilhões de reais para aplicação, pelos estados e municípios, em projetos artísticos, bem como em auxílio aos artistas. No que tange ao estado de Goiás, a lei possibilitou à Secretaria de Estado de Cultura (Secult) o lançamento de 20 editais que visavam abranger os projetos culturais da capital e do Estado.

rização da identidade do município e do estado, como que na acepção da existência de um arcabouço histórico-cultural natural.

No que se refere à Lei Goyazes, seu referencial também se expressa na mesma direção. Basta verificar que ela alinha como objetivos do Programa Goyazes preservar e divulgar o patrimônio cultural, histórico e artístico do estado; incentivar e apoiar a produção cultural e artística goiana relevante; democratizar o acesso à cultura e o pleno exercício dos direitos culturais – garantindo a diversidade cultural –, e incentivar e apoiar a formação cultural e artística.

Além dessas duas leis, criaram-se o Fundo de Apoio à Cultura<sup>11</sup> municipal e o Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás<sup>12</sup>, estabelecendo-se, em certa medida, relação entre a Lei Municipal e o Fundo Municipal. Os recursos advindos do Fundo Municipal são provenientes de várias fontes, como dotações orçamentárias anuais do município, transferências federais ou estaduais, arrecadação de taxas cedidas pela cessão de espaços públicos.

Para Goiânia, o Fundo de Cultura apresenta uma agenda relativamente regular de eventos que compõem a programação anual do município, integrada por “Sons do Mercado”, “Goiânia em Cena”, “Goiânia em Prosa e Verso”, “Goiânia Canto de Ouro” e outros mais, afora o festival “Goiânia Canto de Ouro”, surgido na década de 1990. São atividades que figuram nos “Projetos de calendário” desde fins do século passado. O segundo fundo (FAC) fomenta e difunde a produção cultural do estado por intermédio de editais de seleção pública, lançados anualmente. Seu escopo declarado é possibilitar que artistas, grupos e coletivos, produtores culturais e prefeituras recebam recursos, diretamente do governo estadual, para realizarem projetos nas mais diversas linguagens artísticas e áreas culturais. Em tais políticas são perceptíveis intenções subjacentes que revelam os posicionamentos dos setores político-econômico e intelectual local dominantes. Isso não significa, todavia, que não haja disputas de narrativas ou visões díspares embutidas dos projetos abrigados sob o guarda-chuva legal.

Em entrevistas, os artistas goianos salientaram a importância das leis de incentivo no que concerne às atividades relacionadas à execução e divulgação de seus trabalhos. Todos os entrevistados afirmaram ser quase impossível desenvolverem algum projeto/show sem esse tipo de auxílio. Isso ocorre porque o valor arrecadado em bilheteria – em uma casa de evento de relativo porte como teatros e casas de espetáculos, por exemplo – mal cobre os custos das apresentações, que incluem os gastos com músicos<sup>13</sup>, como frisam Maria Eugênia, Fernando Perillo, Luiz Augusto e Pádua, que atuam na faixa da MPB goiana. Embora esses cantores tenham, entre si ou por iniciativa pessoal, al-

<sup>11</sup> O Fundo de Cultura constitui-se em mecanismo indispensável ao Sistema Municipal de Cultura a fim de integrá-lo ao Sistema Estadual e Nacional de Cultura. Dessa maneira, para que o Fundo de Cultura esteja apto a receber os recursos – estaduais e municipais –, é imprescindível que o Sistema Municipal esteja implantado, a saber, o Conselho de Cultura e o Plano Municipal de Cultura, devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura (MinC). Sob a gestão do poder executivo local, mais especificamente pelo secretário municipal de cultura, cabe ao conselho estabelecer diretrizes gerais para o fomento à cultura, gerir orçamentos, despesas e prestações de contas.

<sup>12</sup> O Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás – Fundo Cultural/FAC – foi instituído pela Lei 15.633, de 30 de março de 2006, e regulamentado pelo Decreto n. 7.610, em 7 de maio de 2012. Tem orçamento próprio estipulado em lei, que é de 0,5% da arrecadação líquida do governo estadual.

<sup>13</sup> As entrevistas, na íntegra, podem ser conferidas em SANTOS, Ingles Ferreira Neiva dos, *op. cit.*

guns projetos (por exemplo, Projeto Cesta Básica<sup>14</sup>) bancados por custeio próprio, a grande maioria desenvolve suas atividades por meio das leis de incentivo, como se vê, literalmente, nos seus CDs.

No que se refere à “goianidade”, os entrevistados concordam que nas regulamentações legais se alude à questão identitária do estado. Desse modo, institui-se, em alguma medida, uma relação de reciprocidade entre artistas e os projetos implementados. Além do mais, as diminutas oportunidades de trabalho sem subvenções públicas, não raro, também resultam em *performances* ligadas, em princípio, ao caráter regional, publicizando, sutil ou expressamente, aspectos identitários. Essa identidade substancializada circunscreve o campo musical ao local, fazendo com que esses compositores de Goiás – não estamos falando, obviamente, dos intérpretes goianos de sucesso nacional na esfera da música sertaneja oriunda de Goiás – não atravessem o Rio Paranaíba<sup>15</sup> e sejam conhecidos apenas localmente, com raras exceções.

À parte disso, os quatro artistas citados assinalaram a falta de regularidade dos projetos tanto em Goiânia quanto em Goiás como um todo. Estes são, muitas vezes, sazonais, ficando na dependência da boa vontade do poder executivo municipal e estadual. E os governantes, em larga medida, reduzem as políticas culturais a ações pontuais, em vez de concebê-las como algo orgânico e permanente que colaborasse para a não fragmentação dos projetos artísticos e favorecesse a afirmação e expansão da música popular em Goiás situada fora do *mainstream*. Como há, por outro lado, interesses comerciais na aplicação das leis, os maiores recursos acabam por se concentrar na música sertaneja, dificultando a expressão de outras áreas do campo musical do estado.

Seja como for, observa-se que as políticas culturais públicas para a música se constituem em elementos estimuladores e catalisadores das ações culturais em Goiânia e em Goiás, mesmo que estejam sujeitas a um certo dirigismo identitário e funcionem a partir de práticas de renúncia fiscal. Um dos gargalos enfrentados consiste na descontinuidade dos projetos, quando mais não seja porque gravitam em torno dos políticos eleitos e de orçamentos reduzidos.

*Artigo recebido em 12 de janeiro de 2025. Aprovado em 2 de maio de 2025.*

<sup>14</sup> Em entrevista, o cantor Pádua esclareceu que o projeto nasceu a partir de reuniões (encontros musicais) na casa do próprio cantor, com o propósito de socializar músicas, ideias e, sobretudo celebrar amizade. Esses encontros coincidiram com uma fase de escassez de leis de incentivo à cultura, segundo o artista, reflexo de um descaso do poder político vigente no período de retrocesso das leis, após 2016. Ver SANTOS, Ingles Ferreira Neiva dos, *op. cit.*

<sup>15</sup> “Não atravessar o Paranaíba” é uma expressão local que significa não ir além da localidade ou da região.